



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680145 - SP (2021/0219242-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GABRIELA GALETTI PIMENTA - SP310845
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ERISSON MACENA DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : CAROLINE FERNANDA NICEZO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ERISSON MACENA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação 0003767-73.2016.8.26.0038).

O paciente foi condenado como incurso no crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/06 às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime fechado e de 600 dias-multa, no valor mínimo legal. Na apelação negou-se provimento ao recurso.

A impetrante aponta nulidade na prisão realizada por guardas municipais. Aduz que:

"(...) os guardas civis municipais não têm competência legal para proceder abordagem de indivíduos na via pública, e realizar revista pessoal e efetuar diligências, pois não lhes é atribuído poder de polícia, que é, claramente, exclusivo das forças policiais, porque, segundo a redação do artigo 144, § 8º da CF/88, incumbe a guardas municipais a proteção dos bens, serviços e instalações municipais, conforme dispuser a Lei, enquanto que segurança pública, segundo o caput do artigo 144 da CF/88, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo atribuição exclusiva das polícias federal, rodoviária federal, ferroviária federal, polícias civis, militares e dos corpos de bombeiros militares." (fls. 5)

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde o julgamento do HC em regime aberto ou semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reconhecida a nulidade da prisão decorrente de atuação ilegal da guarda civil municipal e a consequente absolvição do paciente .

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente